



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 28 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanço

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina CAISM - Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental Vila Mariana

CNPJ nº 16.149.562/04-10
Nota de Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - CAISM Centro de At. Integrada à Saúde Mental Vi. Mariana. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2026.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos			Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Fatos Contábeis	Valor - 2025	Valor - 2024	Fatos Contábeis	Valor - 2025	Valor - 2024	Fatos Contábeis	Valor - 2025	Valor - 2024
ATIVO			Fatos Contábeis			Fluxo de Caixa das Atividades		
Ativo Circulante	8.981.767,20	11.071.798,92	(+) Receita Bruta de Serviços	29.408.266,57	28.423.955,62	Superávit / Déficit do Exercício / Período	-1.346.913,22	45.460,88
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1/3.1.1)	14.379,97	47.305,96	Subvenções Saúde com Restrição	20.470.930,51	20.255.935,80	Depreciação e Amortização	4.784,98	1.165,56
Caixa e Equivalentes de Caixa Saúde com Restrição	14.379,97	47.305,96	Estrutura SPDM Saúde	142.026,41	110.951,03	Creditos (Depreciação e Amortização)	-6.011,91	-1.165,56
Caixa e Equivalentes de Caixa Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Estrutura SPDM Saúde com Restrição	142.026,41	110.951,03	Débitos (Depreciação e Amortização)	-1.225,93	0,00
Clientes e Outros Recebíveis (Nota 3.2)	8.450.000,00	9.920.017,63	Receitas da Imunidade e do Trabalho Voluntário Saúde	8.761.705,43	7.950.066,70	Ajuste Contas Patrimônio Líquido	-522.200,00	0,00
Clientes e Outros Recebíveis Saúde com Restrição	8.450.000,00	9.920.017,63	Receitas da Imunidade e do Trabalho Voluntário Saúde com Restrição	8.761.705,43	7.950.066,70	Saldo Inicial (Ajustes nas Contas Patrimoniais)	0,00	-883.561,44
Clientes e Outros Recebíveis Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Receitas da Imunidade e do Trabalho Voluntário Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Saldo Final (Ajustes nas Contas Patrimoniais)	-522.200,00	0,00
Créditos e Contas a Receber (Nota 3.3)	316.430,13	912.121,77	Doações Saúde	7.533,03	49.902,80	(+) Redução Contas a Receber	-7.487.498,71	16.074.000,00
Créditos e Contas a Receber Saúde com Restrição	316.430,13	912.121,77	Doações Saúde com Restrição (Nota 4.2)	170,03	3.276,36	Saldo Inicial (Contas a Receber)	9.920.017,63	25.994.017,63
Créditos e Contas a Receber Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Doações Saúde sem Restrição (Nota 4.2.1)	7.363,00	46.626,44	Saldo Final (Contas a Receber)	17.407.516,34	9.920.017,63
Impostos a Recuperação ou a Recuperar (Nota 3.4)	1.317,39	1.317,39	Receitas Financeiras Saúde (Nota 4.3/4.3.1)	411,24	0,00	(+) Redução Outros Créditos	572.557,64	91.913,68
Impostos a Recuperação ou a Recuperar Saúde com Restrição	1.317,39	1.317,39	Receitas Financeiras Saúde com Restrição	411,24	0,00	Saldo Inicial (Outros Créditos)	939.520,21	1.031.433,89
Impostos a Recuperação ou a Recuperar Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Receitas Financeiras Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Saldo Final (Outros Créditos)	366.962,97	939.520,21
Estoque (Nota 3.5)	197.754,97	189.577,02	Receitas Gerais Saúde (Nota 4.4)	25.679,95	56.509,29	(+) Redução Despesas Antecipadas	-425,59	-126,74
Estoque Saúde com Restrição	197.754,97	189.577,02	Receitas Gerais Saúde com Restrição	25.679,95	56.509,29	Saldo Inicial (Despesas Antecipadas)	1.459,15	1.332,41
Estoque Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Receitas Gerais Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Ajuste Contas (Despesas Antecipadas)	1.884,74	1.459,15
Despesas Antecipadas (Nota 3.6)	1.884,74	1.459,15	Recursos Adicionais (Nota 4.5)	29.408.266,57	28.423.955,62	(+) Redução Estoques	11.155,06	-4.024,79
Despesas Antecipadas Saúde com Restrição	1.884,74	1.459,15	Custos com Pessoal Saúde	-18.971.865,07	-16.728.846,93	Saldo Inicial (Estoques)	189.577,02	185.542,23
Despesas Antecipadas Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Custos com Pessoal Saúde com Restrição	-18.971.865,07	-16.728.846,93	Saldo Final (Estoques)	17.421,96	189.577,02
Ativo Não Circulante	9.054.770,29	71.541,93	Custos com Pessoal Saúde sem Restrição	-11.891.525,85	-11.162.973,66	Aumento (-) Fornecedores	648.408,12	-600.507,62
Realizável a Longo Prazo (Nota 3.7/3.1/3.7.2/3.7.3)	9.006.731,39	26.081,05	Custos com Pessoal Saúde sem Restrição sem Vínculo Empregatício Saúde	-375.425,00	-338.012,50	Saldo Inicial (Fornecedores)	-1.192.780,13	-1.793.287,75
Realizável a Longo Prazo Saúde com Restrição	9.006.731,39	26.081,05	Custos com Pessoal Saúde sem Restrição sem Vínculo Empregatício Saúde sem Restrição	-375.425,00	-338.012,50	Saldo Final (Fornecedores)	-1.841.188,25	-1.192.790,13
Realizável a Longo Prazo Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Custos com Pessoal Saúde sem Restrição sem Vínculo Empregatício Saúde sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	Aumento (-) Doações e Subvenções / Contratos	4.395.395,66	-19.593.290,40
Imobilizado	48.038,90	45.460,88	Custos com Mercadorias e Materiais Saúde	-1.071.902,32	-1.166.100,53	Saldo Inicial (Doações e Subvenções)	-1.014.262,99	-20.607.553,39
Imobilizado Saúde com Restrição (Nota 3.8/3.8.2)	48.038,90	45.460,88	Custos com Mercadorias e Materiais Saúde com Restrição	-1.071.902,32	-1.166.100,53	Saldo Final (Doações e Subvenções)	-5.409.658,65	-1.014.262,99
Imobilizado Saúde sem Restrição (Nota 3.8.1)	0,00	0,00	Custos com Mercadorias e Materiais Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Aumento (-) Contas a Pagar e Provisões	2.654.773,07	4.078.521,41
Total do Ativo	18.036.537,49	11.143.340,85	Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde (Nota 9/9.1, 9/9.1.2/9.1.3/9.1.4/10)	-2.963.327,01	-2.771.395,63	Saldo Inicial (Provisões)	-9.774.988,29	-5.697.876,88
Fatos Contábeis	-Valor - 2025	-Valor - 2024	Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde com Restrição	-2.963.327,01	-2.771.395,63	Saldo Final (Provisões)	-12.429.171,36	-9.774.988,29
PASSIVO			Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Aumento (-) Bens de Terceiros	71.395,42	43.414,81
Passivo Circulante	18.673.736,60	11.947.038,68	Despesas com Mercadorias e Materiais Saúde	-115.124,76	-179.826,67	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	71.395,42	43.414,81
Obrigações Trabalhistas (Nota 3.9)	1.957.357,94	1.848.574,75	Despesas com Mercadorias e Materiais Saúde com Restrição	-115.124,76	-179.826,67	Saldo Final (Bens de Terceiros Passivo)	0,00	0,00
Obrigações Trabalhistas Saúde com Restrição	1.957.357,94	1.848.574,75	Despesas com Mercadorias e Materiais Saúde sem Restrição	0,00	0,00	perdas Atividades Operacionais	-998.567,57	134.516,79
Obrigações Trabalhistas Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Despesas Administrativas Saúde	-3.688.389,59	-4.234.282,49	(-) Aquisições de Imobilizado	-7.363,00	-46.826,44
Obrigações Tributárias e Previdenciárias (Nota 3.10)	510.953,40	481.719,66	Despesas Administrativas Saúde com Restrição	-3.688.389,59	-4.234.282,49	Saldo Inicial (Aquisição de Imobilizado)	53.989,44	46.826,44
Obrigações Tributárias e Previdenciárias Saúde com Restrição	510.953,40	481.719,66	Despesas Administrativas Saúde sem Restrição	-4.784,98	-1.165,56	(+) Aumento de Bens de Terceiros	-71.395,42	-43.414,81
Obrigações Tributárias e Previdenciárias Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Despesas com Mercadorias e Materiais Saúde	-115.124,76	-179.826,67	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	0,00	0,00
Fornecedores e Prestadores de Serviços (Nota 3.11)	1.841.188,25	1.192.780,13	Despesas com Mercadorias e Materiais Saúde com Restrição	-115.124,76	-179.826,67	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	0,00	0,00
Fornecedores e Prestadores de Serviços Saúde com Restrição	1.841.188,25	1.192.780,13	Despesas com Mercadorias e Materiais Saúde sem Restrição	0,00	0,00	perdas Atividades Operacionais	-998.567,57	134.516,79
Fornecedores e Prestadores de Serviços Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde (Nota 9/9.1, 9/9.1.2/9.1.3/9.1.4/10)	-5.798.378,42	-5.178.671,07	(-) Aquisições de Imobilizado	-7.363,00	-46.826,44
Subvenções e Parcerias a Realizar (Nota 3.12)	5.409.658,65	1.014.262,99	Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde com Restrição	-5.798.378,42	-5.178.671,07	Saldo Inicial (Aquisição de Imobilizado)	53.989,44	46.826,44
Subvenções e Parcerias a Realizar Saúde com Restrição	5.409.658,65	1.014.262,99	Imunidade e Trabalho Voluntário Saúde sem Restrição	0,00	0,00	(-) Aumento de Bens de Terceiros	-71.395,42	-43.414,81
Subvenções e Parcerias a Realizar Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Despesas Financeiras e Tributárias Saúde	-65.604,34	-76.550,42	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	71.395,42	43.414,81
Contas a Pagar (Nota 3.13)	9.935.245,35	7.409.701,15	Despesas Financeiras e Tributárias Saúde com Restrição	-65.604,34	-76.550,42	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	71.395,42	43.414,81
Contas a Pagar Saúde com Restrição	2.020.745,35	2.584.002,34	Despesas Financeiras e Tributárias Saúde sem Restrição	0,00	0,00	perdas Atividades Operacionais	-998.567,57	134.516,79
Contas a Pagar Saúde sem Restrição	7.914.500,00	4.825.698,81	Resultado do Exercício / Período	-1.349.491,24	0,00	(-) Aquisições de Imobilizado	-7.363,00	-46.826,44
Outras Obrigações com Terceiros (3.14)	19.333,01	0,00	Resultado do Exercício / Período com Restrição (Nota 3.7.3)	-1.349.491,24	0,00	Saldo Inicial (Aquisição de Imobilizado)	53.989,44	46.826,44
Outras Obrigações com Terceiros Saúde com Restrição	19.333,01	0,00	Resultado do Exercício / Período sem Restrição (Nota 6.2)	2.578,02	45.460,88	Saldo Final (Bens de Terceiros Passivo)	0,00	0,00
Outras Obrigações com Terceiros Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Resultado do Exercício / Período com Restrição sem Restrição	0,00	0,00	perdas Atividades Operacionais	-998.567,57	134.516,79
Provisões Oribundas de Contingências (3.16)	25.614,67	34.402,73	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	(-) Aquisições de Imobilizado	-7.363,00	-46.826,44
Provisões Oribundas de Contingências Saúde com Restrição	25.614,67	34.402,73	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	Saldo Inicial (Aquisição de Imobilizado)	53.989,44	46.826,44
Provisões Oribundas de Contingências Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	(-) Aumento de Bens de Terceiros	-71.395,42	-43.414,81
Total do Passivo	18.036.537,49	11.143.340,85	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	71.395,42	43.414,81
Patrimônio	1.682.913,78	-838.100,56	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	perdas Atividades Operacionais	-998.567,57	134.516,79
Patrimônio Saúde com Restrição (Nota 5)	-361.361,44	-883.561,44	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	(-) Aquisições de Imobilizado	-7.363,00	-46.826,44
Superávit (Déficit) do Período - Saúde com Restrição (Nota 3.7.3)	-1.349.491,24	0,00	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	Saldo Inicial (Aquisição de Imobilizado)	53.989,44	46.826,44
Patrimônio Saúde sem Restrição (Nota 5.1)	45.460,88	0,00	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	(-) Aumento de Bens de Terceiros	-71.395,42	-43.414,81
Superávit (Déficit) do Período - Saúde sem Restrição (Nota 6.1)	2.578,02	45.460,88	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	71.395,42	43.414,81
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	18.036.537,49	11.143.340,85	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	perdas Atividades Operacionais	-998.567,57	134.516,79
Compensação Ativo (Nota 3.8/3.8.2)	393.218,47	316.929,05	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	(-) Aquisições de Imobilizado	-7.363,00	-46.826,44
Compensações Saúde com Restrição	393.218,47	316.929,05	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	Saldo Inicial (Aquisição de Imobilizado)	53.989,44	46.826,44
Compensações Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	(-) Aumento de Bens de Terceiros	-71.395,42	-43.414,81
Compensação Passivo (Nota 3.8/3.8.2)	-393.218,47	-316.929,05	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	Saldo Inicial (Bens de Terceiros Passivo)	71.395,42	43.414,81
Compensações Saúde com Restrição	-393.218,47	-316.929,05	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	perdas Atividades Operacionais	-998.567,57	134.516,79
Compensações Saúde sem Restrição	0,00	0,00	Resultado do Exercício / Período sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição sem Restrição	0,00	0,00	(-) Aquisições de Imobilizado	-7.363,00	-46.826,44

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Os resultados deficitários ou superavitários do período serão totalmente incorporados ao Patrimônio Líquido da Entidade.

Descrição	Incorporação ao Patrimônio Social		Avaliação Patrimonial	Ajustes	Superávit (Déficit) do Período	Patrimônio Líquido
	Nota	Valor				
Saldo 31/12/2023	-	-	0,00	-883.561,44	-	-883.561,44
Incorporação ao Patrimônio Social	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Realização do APP	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Ajustes	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Transferência para o Patrimônio	5	-883.561,44	-	883.561,44	-	0,00
Transferências Enviadas	-	0,00	-	-	-	0,00
Transferências Recebidas	-	0,00	-	-	-	0,00
Superávit (Déficit) do Período	-	0,00	-	-	45.460,88	45.460,88
Saldo 31/12/2024	-	-	0,00	-	0,00	-838.100,56
Incorporação ao Patrimônio Social	5,1	45.460,88	-	-	-	0,00
Realização do APP	-	0,00	0,00	-	-	0,00
Ajustes	-	0,00	0,00	522.200,00	-	522.200,00
Transferência para o Patrimônio	-	0,00	-	-	-	0,00
Transferências Enviadas	-	0,00	-	-	-	0,00
Transferências Recebidas	-	0,00	-	-	-	0,00
Superávit (Déficit) do Período	6/6,2	-838.100,56	0,00	522.200,00	-1.346.913,22	-1.346.913,22
Saldo 31/12/2025	-	-	0,00	-	-	-1.662.817,78

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 28 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanco

3.16 – Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em “provável”, “possível” e “remota”, no que se refere ao ponto de vista contábil, são encontrados em conformidade com o estabelecido na NBC TG 26 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos na entidade (remota), ou uma obrigação presente (provável), ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onta e classificação é possível a obrigação, mas que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é baixa. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do motivo, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Em 31 de dezembro de 2025, para os processos civis cuja probabilidade de perda foi classificada como provável, foi constituída provisão no passivo no montante de **RS 16.255,92** (dezesseis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), cuja natureza classificou como **possíveis**, o valor estimado totalizou **RS 2.899,24** (dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), não sendo constituída provisão, estando tais valores divulgados apenas para fins informativos, conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis. No exercício de 2025, no desenvolvimento de suas atividades como prestadora de serviços, a SPDM acumulou passivos decorrentes de reclamações trabalhistas. Para aquelas ações cuja probabilidade de perda é classificada como provável, foi registrada provisão no montante de **RS 9.358,75** (nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Adicionalmente, as reclamações trabalhistas classificadas com risco de perda possível totalizaram **RS 1.150.507,46** (um milhão, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos), não tendo sido reconhecida provisão contábil, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiverem efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não cabam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição.

SPDM – CAISM VILA MARIANA			
Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	16.255,92	0,00	0,00
Possível	1.150.507,46	2.899,24	0,00
Remota	0,00	0,00	0,00

4 – Origem e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Faturas, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 – Auxílios, Subvenções e ou Convênios Financeiros:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tenham como principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas as condições da Norma. Todos os tipos de Assistências Governamentais não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2025, a Associação recebeu Assistências Governamentais Es-taduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.899.567/0084-10			
Convênio nº 015/2024 – CAISM – Centro de Atenção Integridade à Saúde Mental Vila Mariana	RS	16.148.500,00	
Total	RS	16.148.500,00	

4.2 – Doações com restrição: Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas jurídicas em virtude de suas atividades. Durante o exercício de 2025 a Instituição recebeu de doações de bens e mercadorias que totalizou no montante de **RS 17.003** (cento e setenta reais e três centavos). **4.2.1 – Doações sem restrição:** O CAISM Vila Mariana recebeu da Cruz Vermelha do Brasil doação própria no exercício de 2025, no valor de **RS 7.363,00** (sete mil, trezentos e sessenta e três reais). **4.3 – Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, em quanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade em virtude de sua natureza. **4.3.1 – Matriz Cambial – Receitas Financeiras com Restrição:** Em conformidade com o CPC 02 (R2) – Elitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, a transação foi inicialmente registrada em reais, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do reconhecimento da obrigação. Posteriormente, a liquidação financeira da importação foi efetuado pela afiliada junto à matriz em data distinta da contabilização inicial. Em razão da variação da taxa de câmbio entre a data do reconhecimento do passivo e a data da liquidação da obrigação, foi apurada variação cambial. Nos termos das práticas contábeis aplicáveis, a diferença variação cambial reconhecida no resultado, no valor de **RS 411,24** (quatrocentos e onze reais e vinte e quatro centavos) reflete exclusivamente a oscilação da taxa de câmbio da moeda estrangeira frente à moeda real. **4.4 – Receitas Gerais:** O grupo compreende valores reconhecidos no resultado do exercício, decorrentes, principalmente, de reversão de contingências passivas anteriormente provisionadas, anulação de despesas operacionais e exercícios de registro de receitas classificadas como não operacionais. Tais valores foram apropriados em conformidade com o regime de competência, refletindo adequadamente os efeitos econômicos ocorridos no período. **4.5 – Dos Custos Públicos:** Os custos operacionais correspondem aos gastos vinculados diretamente aos setores produtivos da unidade gerenciada, estando relacionados à execução das atividades-lim da instituição. Tais valores foram devidamente segregados e classificados de acordo com a estrutura organizacional e a parametrização do sistema interno da SPDM. As despesas operacionais, por sua vez, referem-se aos gastos associados aos setores administrativos e de apoio da instituição, não diretamente ligados à atividade produtiva. Esses valores também foram segregados e classificados de acordo com a estrutura organizacional e a parametrização do sistema contábil da SPDM. **4.6 – Despesas financeiras e tributárias:** Os valores registrados no montante de **RS 65.604,34** (sessenta e cinco mil, seiscentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), no exercício de 2025, referem-se a despesas bancárias, juros incidentes sobre pagamentos efetuados em atraso, bem como ta-

xas fiscais, tais como taxa de coleta de lixo, taxa de fiscalização de estabelecimento, entre outras despesas correlatas. **5 – Patrimônio Líquido com restrição:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.025, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição oriundos de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O Patrimônio Líquido a Descoberto (negativo), em 31 de dezembro de 2025, no montante de **RS 361.361,44** (trezentos e sessenta e um mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), refere-se ao saldo acumulado de ajustes e/ou déficits operacionais de exercícios anteriores. Esse montante é composto, principalmente: (i) pelo reconhecimento do período de dívida no valor de **RS 522.200,00** (quinhentos e vinte e dois mil e duzentos reais), concedido pela unidade gerenciada NGA Santa Cruz e (ii) pelo reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores o montante de **RS 883.561,44** (oitocentos e oitenta e três, quinhentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), em decorrência da sua avaliação com expectativa de recebimento, cabendo a unidade gerenciada reconhecer tal perda decorrente de exercícios anteriores a 31.12.2021. **5.1 – Patrimônio Líquido sem restrição:** O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acessado do resultado do exercício do período, os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao princípio de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. Em 2025 o patrimônio líquido não teve movimentação, mantendo o montante de **RS 45.460,08** (quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), relativo ao superávit na apuração do resultado do exercício, decorrente de doações de bens de imobilizado próprios recebidos pela unidade privada gerenciada, para fazer frente aos compromissos assumidos pela Instituição. **6 – Resultado Operacional:** Em face da adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subseção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas as condições da norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa “zero”. No entanto, em 31 de dezembro de 2025, em atendimento à política de Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Dávulas (PECLD) e por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, a unidade gerenciada apurou a título de PECLD, o montante de **RS 1.349.491,24** (um milhão, trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quatro centavos), perfazendo o resultado operacional do exercício. A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos no ordem de **RS 16.148.500,00** (dezesseis milhões, cen-

to e quarenta e oito mil e quinhentos reais), acrescidos de Outras Receitas no valor de **RS 49.123,85** (quarenta e nove mil, cento e vinte e três e oitenta e cinco centavos), e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais no ordem de **RS 21.993.494,36** (vinte e um milhões, novecentos e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos), arrendando o exercício com um déficit no valor de **RS 5.795.870,51** (cinco milhões, setecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e um centavos). **6.1 – Ênfase no Resultado:** O déficit operacional apresentado no exercício de 2025 é reflexo de anos anteriores em que houve meses sem termo de convênio firmado para repasse de recursos pela SES. Ressaltamos, que os valores repassados não supri as despesas operacionais que ocorrem para gerenciamento da unidade. **6.2 – Resultado do Exercício:** O CAISM Vila Mariana apurou, no exercício de 2025, receitas líquidas no montante de **RS 2.578,02** (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e dois centavos). O resultado do exercício lido em 31 de dezembro de 2025 é composto, substancialmente, por receitas decorrentes de doações de bens do ativo imobilizado, recebidos da empresa privada Cruzeiro do Sul Educacional, no montante de **RS 7.363,00** (sete mil, trezentos e sessenta e três reais e zero centavos). **7 – Das Disposições da Lei Complementar 187 de Dezembro de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade a Lei Complementar 187/2021 Regulamentada pelo Decreto 11.791/23, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de saúde no âmbito do artigo 9º, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser atualizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CHA) do Ministério da Saúde. A fim de cumprir o estabelecido como requisito para a Entidade Filantrópica, serve de base para quantificar atendimentos à população, pois é a única unidade de saúde que não convênio direto com o SUS. As filiais, apesar de atenderem em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, não possuem contrato de gestão e sim contratos de gestão e convênios com Municípios. O CAISM Vila Mariana, apresentou em 2025 nesta unidade a seguinte produção:

Linha de Atendimento	Produção 2025		Quantidade	Ano
	Atendidos	Atendidos		
Consulta Médica	712	741	16.113	9.925
Ambulatorial	1.062	1.062	2.783	1.062
Saída Hospitalar	976	976	976	976
Internação (Entrada) - Total	4.344	4.344	4.344	4.344
Consulta de urgência (PS)				
SADT Total				

Linha de Atendimento	1º Semestre		2º Semestre		Total
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	
Taxa Ocupação Enfermaria Geral	85%	96,1%	85%	91%	83,55%
Consultas realizadas no ambulatório	10.200	11.413	11.400	13.377	24.790
Vagas disponibilizadas CROSS 1ª Consulta	180	180	180	180	360
Média de permanência <=30 dias	8,5	8,5	9,0	9,0	8,5

8 – Relatório de Execução do Contrato de Convênio

1º Semestre

2º Semestre

Referen- AT: Referen- AT: Referen- AT: Referen- AT: Referen- AT:

cidade Porta cidade Porta cidade Porta cidade Porta

90,00% 10,00% 49,00% 51,00% 90,00% 10,00% 49,00% 51,00%

9.1.1 – Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 9 – Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica que não possui fins lucrativos, a Entidade usufruiu no exercício de 2025, da Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados, a qual se encontra registrada em conta específica, no montante de **RS 3.115.549,21** (três milhões, cento e quinze mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos). Em 2024, esse montante foi de **RS 2.951.771,17** (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e setenta e um reais e dezesseis centavos). **9.1.2 – Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física, a qual é registrada em conta específica de receitas. Em 2025 usufruiu o montante de **RS 75.085,00** (setenta e cinco mil e oitenta e cinco reais). Em 2024, esse montante foi de **RS 67.790,00** (sessenta e sete mil, setecentos e noventa reais). **9.1.3 – Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição Filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica, o montante no exercício 2025 foi de **RS 614.127,91** (seiscentos e catorze mil, cento e vinte e sete reais e noventa e um centavos). Em 2024, esse montante foi de **RS 607.676,07** (seiscientos e sete mil, seiscentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos) e **RS 1.425.000,00** (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e zero centavos). **9.1.4 – Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS - Foliage):** A Entidade usufruiu da Imunidade da Programa Integração Social (PIS - Foliage) sobre a folha no ano de 2025 **RS 113.177,42** (cento e treze mil, cento e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos). Em 2024, esse montante foi de **RS 285,42** (cento e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e quatro e dois centavos). **10 – Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG 2002 – R11) – Entidade sem finalidade de lucro, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R11) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importância substancial em várias ações realizadas pela entidade. A entidade possui apenas um tipo de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado a cada um dos integrantes do Conselho, em conformidade com o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2025, o trabalho voluntário representou **RS 4.843.765,89** (quatro milhões, oitocentos e quarenta e três mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos). Em 2024 o montante registrado foi de **RS 4.216.541,04** (quatro milhões, duzentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e um reais e quatro centavos). **11 – Exercício Social:** Conforme estabelecido o art. 50 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira – Diretor-Presidente da SPDM

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (CAISM – Centro de Atenção Integridade à Saúde Mental Vila Mariana) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as despesas operacionais e extras, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e finance-

Dr. Elson de Miranda Azevedo – Diretor Técnico

ra da entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos responsáveis por assegurar, dentro dos limites das condições e dos procedimentos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas

Dayane Duarte dos Santos – Contadora - CRC 1SP319265/O-2

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Patrimônio líquido negativo e insuficiência de capital circulante líquido:** Devido à unidade não ter apresentado balanço de demonstrações contábeis em períodos anteriores resultou na existência de um “Patrimônio Líquido Negativo” e ainda, índice negativo no CCL – Capital Circulante Líquido. As Demonstrações Contábeis mencionadas no primeiro parágrafo acima foram preparadas sob o pressuposto de continuidade normal das operações em período. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercí-



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 28 de abril de 2026 | Caderno Empresarial | Seção Atos Empresariais

Balanço

continuação cío findo em 31 de dezembro de 2025, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respec-

tivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP 02 de abril de 2026.
Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3
Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior
Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718